



**REQUERIMENTO N.º 042, DE 2017**

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º, da CF; art. 64, §3º, da CE/MS; art. 2º da Lei 1.579 de 18-03-1952, seja oficiado aos **Cartórios de Registro de Imóveis das cidades de Campo Grande, Naviraí, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã, Anastácio e Cassilândia**, solicitando, no prazo de 3 dias a contar do recebimento do ofício, cópia de todas as matrículas de imóveis que estejam registrados em nome de J&F Investimentos S/A (CNPJ n.º 00.350.763/0001-62), JBS S/A – unidade Campo Grande I (CNPJ 02.916.265/0004-02), JBS S/A – unidade Campo Grande II (CNPJ 02.916.265/0077-68); JBS S/A – unidade Naviraí (CNPJ 02.916.265/0076-87); JBS S/A – unidade Coxim (CNPJ 02.916.265/0182-98); JBS S/A – unidade Nova Andradina (CNPJ 02.916.265/0202-76); JBS S/A – unidade Ponta Porã (CNPJ 02.916.265/0191-89) e JBS S/A – unidade Anastácio (CNPJ 02.916.265/239-68).

**Justificativa**


Os fatos já apurados até o momento e as provas já produzidas nessa investigação Parlamentar demonstram que a J&F Investimentos S.A e demais empresas do grupo foram beneficiadas por incentivos fiscais de elevado valor, mas não realizaram, na sua totalidade, as contrapartidas assumidas nos Termos de Acordo de Regime Especial (TAREs) de n.º 1103/2016, 1028/2014, 862/2013 e 657/2011, causando, com isso, lesão de grande monta ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Diante disso, para assegurar o ressarcimento futuro do Estado de Mato Grosso do Sul, será necessário postular em Juízo o bloqueio de ativos financeiros e/ou a averbação de indisponibilidade e/ou protesto contra alienação de bens sobre os imóveis de propriedade do grupo.

Para instruir o pedido a ser formulado nesse sentido é indispensável obter cópia de todas as matrículas de imóveis que estejam registrados em nome das empresas acima listadas junto ao Cartórios de Registro de Imóveis das cidades de Campo Grande, Naviraí, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã, Anastácio e Cassilândia.

Diante disso, conclamo os nobres Deputados a aprovar o requerimento requisitando informações supramencionadas.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2017.

  
Paulo Correa  
Deputado Estadual – Presidente da CPI